

Mercado cativo sustenta o giro da dívida pública

ESTADO DE SÃO PAULO
25 OUT 1981

ROSA DALCIN
Da sucursal de BRASÍLIA

O governo poderá encontrar alguma dificuldade em pagar os juros e fazer o giro da dívida pública federal no próximo ano, mas isso não será impossível, acreditam técnicos da área financeira. Apesar do alto nível da dívida, que chegará a Cr\$ 2,5 trilhões em dezembro, segundo estimativas preliminares, existe um mercado cativo para a colocação de Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), observam.

As fontes lembram que algumas instituições, como os fundos de pensão, os montepios e as seguradoras são obrigadas a destinar uma parte de suas reservas técnicas à compra de títulos públicos. Só os fundos de pensão, neste ano, contribuíram para a retirada de Cr\$ 100 bilhões do mercado, exemplificam.

Além disso, as instituições financeiras, premiadas pelos limites quantitativos do crédito impostos pelas autoridades, procuram o mercado aberto para a aplicação dos recursos captados e que não podem ser aplicados. Como os controles creditícios não serão afrouxados no próximo ano, haverá, também, uma oferta maior de dinheiro não aplicado para ser canalizado para LTN e ORTN, em 1982, ressaltam as fontes.

Os técnicos lembram, ainda, que há poucos dias ocorreu um fato inusitado no mercado: estavam faltando ORTN. "Isto nunca aconteceu na história desse papel" — declarou uma fonte. O presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid), Ary Waddington, pediu ao governo uma emissão suplementar de ORTN para colir os abusos que estavam ocorrendo: a cobrança de elevados ágio por estes papéis.

Dos Cr\$ 424,7 bilhões de títulos colocados até setembro, menos de 20% estava em mãos de compradores comuns, estimam os técnicos. Pelo menos Cr\$ 100 bilhões foram adquiridos pela Caixa Econômica Federal (CEF) por conta dos repasses que a entidade fez para o programa de financiamento às exportações. Quantia semelhante foi absorvida pelo BNH e outras instituições oficiais. As reservas técnicas das empresas do mercado segurador também absorveram parcela significativa.

Em termos do Produto Interno Bruto (PIB), a dívida pública interna federal não representa muito, se comparada com a relação de outros países, destacam os técnicos. No ano passado, esta relação foi de 6,8 pois o saldo da dívida chegou a Cr\$ 848 bilhões, enquanto o PIB atingiu Cr\$ 12,5 trilhões. Esta relação será substancialmente elevada neste ano, partindo da hipótese de que o saldo da dívida será de Cr\$ 2,5 trilhões e o PIB, em valores reais, poderá chegar a Cr\$ 24,5 trilhões. Com estes números, a relação sobe para 9,8.

Este brutal aumento da dívida pública em relação ao ano passado é que permitirá ao governo fechar o orçamento monetário sem necessitar recorrer a emissões de moeda para financiar as necessidades de recursos da agricultura, exportação e energia, explicaram as fontes. "Esta dívida não é um só uma questão de política monetária, mas um problema de política econômica como um todo" — afirmou um técnico. Segundo ele, o governo tem consciência dos riscos que corre, mas esta foi a saída encontrada para poder alcançar alguns dos objetivos traçados pelo governo no campo econômico. Apesar das providências que deverão ser tomadas para o próximo ano e dos resultados obtidos neste ano, os técnicos acham que a dívida será, também, um instrumento a ser amplamente utilizado em 1982.